

OMNIA

SAÚDE

CAVALHEIRO, Fernanda Ramos; RUMIN, Cassiano Ricardo. Grupo de mediação com mulheres em instituição de atenção a infância. *Omnia Saúde*, v.5, supl., p.66-79, 2008.

GRUPO DE MEDIAÇÃO COM MULHERES EM INSTITUIÇÃO DE ATENÇÃO A INFÂNCIA

GROUP OF WOMEN IN MEDIATION WITH CHILDHOOD CARE INSTITUTION

Fernanda Ramos Cavalheiro

Especialista em Psicologia da Saúde (FAI)

Cassiano Ricardo Rumin

Mestre em Ciências Médicas (FMRP/USP)

RESUMO

Este artigo buscou construir elementos para reflexão e estratégias de intervenção capazes de resgatar o vínculo familiar. Deste modo foi realizada uma retrospectiva histórica sobre a atenção à criança e ao adolescente em condições de vulnerabilidade social. Posteriormente organizou-se um espaço para a expressão dos afetos das mulheres que possuem filhos em um abrigo, estabelecendo intervenções clínicas em psicologia. Utilizou-se o grupo de mediação proposto por Kães (2005) para a atenção ao grupo de mães atendidas. Após selecionar algumas fotografias cujo os temas articulavam-se a “famílias” abordou-se com as interpretações de orientação psicanalítica o conteúdo discursivo apresentado. Concluí-se que a fotografia contribuiu para a ordenação de afetos, estimulando a manutenção de vínculos protetivos entre as famílias atendidas. Assim, um número significativo de crianças puderam retornar para o convívio familiar e outras família se beneficiaram do distanciamento e ameaça do abrigo de crianças, pois tiveram seu vínculo restabelecido.

Palavras-chaves: Grupo de Mediação, Instituição de Atenção à Infância; Fotografia, Família em Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This article sought to build for thought and strategies of intervention to rescue the family bond. Thus was accomplished a historical retrospective on the care of children and adolescents in conditions of social vulnerability. Later we organized a room for the expression of affects women who have children in a shelter, establishing clinical interventions in psychology. We used the mediation group proposed by Kaës (2005) for attention to the group of mothers met. After selecting some photographs whose themes were articulated the "families" dealt with the psychoanalytical interpretations of the discursive content presented. It was concluded that photography has contributed to the sort of affection, encouraging the maintenance of protective bonds between the families involved. Thus, a significant number of children were able to return with his family and other families have benefited from the threat of alienation and shelter for children, as had his bond reinstated.

Key words: Mediation Group; Institution of Attention to the Childhood; Photography; Family Social Vulnerability

INTRODUÇÃO

A atenção à criança e adolescentes em condições de vulnerabilidade e risco social, historicamente contam com a institucionalização como dispositivo de proteção e garantia de direitos. No Brasil, desde 1938 alinhavavam-se esforços para o cuidado a infância. Bernal (2004) analisa o Serviço Social de Menores (1938-1960) que se estabeleceu com a “intenção de administrar e supervisionar a assistência social de crianças e adolescentes considerados abandonados e distribuídos pelas diversas instituições oficiais e particulares” (BERNAL, 2004 p. 15). Anteriormente ao estabelecimento do Serviço Social de Menores, diversas ações foram empreendidas na tentativa de oferecer cuidados à infância. Venâncio (2006) destaca que a partir do século XVIII:

“todo aquele que encontrasse um recém-nascido na rua ou que o recebesse diretamente dos respectivos pais deveria recolher a criança e batizá-la. O pároco redigiria então um certificado explicando que o enjeitado estava residindo no domicílio da pessoa que o acolhera e que por ela era bem tratada. Uma vez com o documento, era possível solicitar ajuda financeira ao presidente da câmara que julgava o pedido muitas vezes baseado em critérios de amizade ou do clientelismo inscrevendo, caso o mesmo fosse concedido, o nome da criança no livro de matrícula dos Expostos” (VENÂNCIO, 2006 p.191).

Vale salientar que por este expediente, as “famílias criadeiras” recebiam auxílio financeiro até a criança completar sete anos. Após esse período, esperava-se que o vínculo com a família e a possibilidade de realizar algum trabalho a inscreve-se nesse grupamento familiar.

A Roda dos Expostos era outra estratégia de cuidado a infância e envolvia a contratação de “mulheres criadeiras”. Estas poderiam ser mulheres livres ou escravas, caso estas últimas tivessem a anuência de seus senhores. Venâncio (2006) enfatiza o desinteresse dos senhores de escravos pela criação dos abandonados, pois “o auxílio aos expostos premiava os criadores com valores inferiores aos do mercado de amas escravas” (VENÂNCIO, 2006 p.194).

Entre o meados do século XIX e o início do século XX, a tutela se estabelecia com outra modalidade de atenção a infância. Destinada àquelas crianças que já podiam ser utilizadas como força de trabalho era:

“organizada como uma espécie de rede de atendimento informal, (...) observando grande parte dos órfãos ou abandonados na região através de um sistema de tutela que na maioria das vezes estava relacionado com o trabalho não assalariado ou com o pagamento de soldadas quase que irrisórias” (MARIANO & MARIANO, 2003 p. 298)

Outro aspecto do abandono e risco social de crianças e adolescentes é a materialização de atos infracionais. Para estas situações foi criado em 1902 o Instituto Disciplinar “com o caráter repressivo e correccional de arrancar crianças e adolescentes das ruas” (BERNAL, 2004 p.24). Em 1924 foi criado o juizado de Menores para dirimir conflitos que envolviam crianças e jovens pobres abandonados, ou infratores. Ainda, o juizado assumia a função de fiscalizar os estabelecimentos correccionais no atendimento aos preceitos de internação e recuperação.

Após a criação do juizado de Menores estabeleceu-se o Código de Menores, no ano de 1927. De acordo com Bernal (2004):

“crianças e adolescentes passaram a ter a assistência e a proteção garantida pelo Estado, por meio de instituições disciplinares, e cada vez mais afirmou-se a competência do Estado e dos Municípios para criar departamentos especializados com a intenção de amparo à maternidade e à infância” (BERNAL, 2004 p.26).

As políticas públicas de amparo a maternidade e a infância ganharam importância à medida que a pobreza amplia sua dimensão em toda América Latina e determina a “feminização da pobreza” (KLIKSBURG, 1997). Esta situação é caracterizada pelo aumento de lares estritamente sob a responsabilidade de mulheres, onde se impõe a necessidade de desenvolver ações produtivas e também o cuidado dos filhos. Soma-se a esses aspectos a escassez de serviços de assistências infantil (por exemplo: creches) e compõe-se o quadro de risco social e vulnerabilidade à infância.

A pobreza também contribui para que homens abandonem os núcleos familiares, pois “as voltas com problemas agudos de desemprego ou com salários insuficientes para satisfazer necessidades mínimas não chegam a constituir famílias estáveis ou abandonam seu marco familiar” (KLIKSBURG, 1997 p.39).

Durante o século XX foi comum a proposição de que, limitados os cuidados e educação à infância e à juventude, a criminalidade envolveria estes agentes do governo federal brasileiro para abrigar crianças a partir dos 6 anos e até os 21 anos de idade. (CORRÊA, 2003). A apresentação do discurso de seus idealizadores sobre os norteadores do projeto institucional ilustra a tentativa de higienizar a futura criminalidade:

“É o instrumento [a Cidade dos Menores] com que se procura despertar na consciência da criança a idéia de um mundo melhor. Boa cama, roupa limpa, alimentação farta mostram-lhe claramente o caminho da escola, da oficina do trabalho, da disciplina e de sua transformação” (CORRÊA, 2003 p.94-95).

A expectativa de que uma instituição rompesse com o ciclo de risco social foi prontamente questionada e anunciado seu fracasso, caso as condições de vida da população e as relações societárias não fossem alteradas. Por isso, a Cidade dos Menores portava a expectativa de funcionar como uma ante-sala do sistema penitenciário, tendo fracassado seu intuito de proteger para a vida em sociedade. Corrêa (2003) afirma: “os criminosos de amanhã sendo socializados, na cidade dos menores, para a longa carreira que os aguardava na penitenciária: a cada um de acordo com sua tendência, ou predisposição” (CORRÊA, 2003 p.95).

A crítica a condição de vida e a pobreza enfatiza os determinantes sociais na produção da vulnerabilidade e do risco social. Entretanto, as perspectivas ligadas aos processos psicológicos devem ser consideradas. Este fato confirma-se ao notar que a erradicação da pobreza não extingiria a criminalidade e nem o descaso à infância, mesmo que os reduzisse. Haveria então uma dimensão subjetiva que comporia a negligência, os maus tratos e a criminalidade na infância e juventude. A dimensão subjetiva se articula aos determinantes sociais. Nesta condição “encontra-se a consciência, a vontade, a intenção, a afetividade, o pensamento” (MOLON, 2003 p.120).

As expressões da consciência, da vontade, da intenção da afetividade e do pensamento tornam-se campos de intervenção dos modelos orientadores da assistência à infância e a

juventude. A internação é uma medida de assistência controvertida, sobretudo no tocante aos prejuízos a subjetividades e a conseqüente “diferenciação nas relações: afeto alegre e indiscriminado por qualquer pessoa, ou retraimento e indiferença ao contato” (GUIRADO, 2004 p.25).

De acordo com a revisão teórica de Guirado (2004) sobre a afetividade em indivíduos institucionalizados, pode-se ainda ressaltar uma limitada capacidade para constituição de vínculos afetivos, com prejuízos aos estabelecimento da identidade e da confiança nos traços relacionais e perturbações da memória da organização temporal e do sentimento de culpa. A autora enfatiza “um processo contínuo de abandono” na participação da família e da instituição no cuidado à infância:

“elas (crianças) se vêm chegando prejudicadas à FEBEM, e lá, seu prejuízo, na forma até certo ponto característica de uma nova ordem instituída, perpetua-se, ou melhor, se reproduz. É como se as estratégias sociais de cuidado com a infância, em sua (dês)ordem, promovessem o (dês)cuido” (GUIRADO, 2004 p.239).

A adoção também foi estabelecida com instrumento para a proteção da criança abandonada permitindo a gestante e mães declarar o interesse em entregar seus filhos à adoção. Em casos de vulnerabilidade e risco social, a adoção também pode ser utilizada como recurso protetivo para infância e a juventude.

De acordo com a lei nº 12.010 de 3 de Agosto de 2009, a criança exposta a precárias condições de existência pode ser inserida em um programa de acolhimento familiar ou institucional. Transcorrido Um período máximo de dois anos, deve-se avaliar a possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. É de competência da autoridade judiciária para a infância e adolescência avaliar a situação de acolhimento desta criança a partir de relatórios elaborados por uma equipe multidisciplinar. O artigo 19, em seu parágrafo 3º define que: “A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente a sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio” (BRASIL, 2009 p.2).

Mattar (2005) constata uma condição limitadora ao cumprimento do parágrafo acima, destacando que as políticas públicas de auxílio:

“Em sua maioria, são programas de cunho paternalista ou então, com o importante papel de propiciar a subsistência financeira de famílias, que também está previsto na lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), dentro de uma Política de Seguridade Social – O que é de extrema importância, porém não pode ser confundido com programas de proteção à criança e ao adolescente ao apoio sócio familiar” (MATTAR, 2005 p.89).

Para suprimir esta lacuna constitui-se o projeto de Orientação E Assistência a Família – (PROAF) que instrumentaliza os cuidados básicos ligados à educação, alimentação, saúde, higiene, organização, de rotinas domésticas e fortalecimento dos vínculos familiares. O PROAF atende a provocadora indagação produzida por Mattar (2005): “por que não criar espaços comunitários de formação dos pais, com o papel de apontar como lidar com seus filhos sem utilizar de violência? (MATTAR, 2005 p.91).

METODOLOGIA

Para a atenção ao grupo de mães atendidas pela CEJA, utilizou-se a proposição do grupo de mediação proposto por Kães (2005). Este grupo tem o objetivo de “ativar ou reanimar certos processos psíquicos não mobilizáveis ou modificáveis de outro modo, ou que o sejam, com esse dispositivo, de modo eficaz” (KAËS, 2005, p.47).

Conforme enfatiza o autor:

“Esses dispositivos reúnem número restrito de pessoas, normalmente em contexto institucional: suas relações são mediatizadas seja por um meio sensorial (o sonoro, os objetos plásticos), seja por objetos culturais já pré-contituídos (o conto, a fotografia)” (KAËS, 2005, p.47).

Os grupos de mediação são egoterápicos:

“eles não visam produzir uma obra, menos ainda, a remunerar o objeto do trabalho. Não tem tampouco terapias ocupacionais no sentido que elas visem, em prioridade, uma aprendizagem de comportamentos necessários à integração no grupo e na vida social” (KAËS, 2005, p.48).

Por definição:

“o grupo de mediação é, antes de tudo, espaço de experiência e processo transformacional. Seu objetivo principal é de tornar reapropriáveis aos sujeitos, que estão em pane, a sua atividade de simbolização primária prejudicada” (KAËS, 2005, p.49).

O número de participantes do grupo é de 24 mulheres, que já tiveram ou tem filhos abrigados, e outras mulheres que participam como forma de prevenção para que seus filhos não sejam abrigados. Essas 24 mulheres foram divididas em dois grupos de 12 participantes, com atendimentos semanais de duas horas cada sessão. Cada encontro começava com uma questão cuidadosamente preparada a partir de elementos que emergiam no conteúdo latente ou manifestos do encontro anterior do grupo. Era necessário a utilização de fotos, que servem de mediadores, ou seja, as fotos são conectores entre as relações intersubjetivas existentes em espaços psíquicos heterogêneos (KAËS, 1997).

Estabelecida como conector entre as relações intersubjetivas, a fotografia se apresenta de três formas distintas. Estas seriam: “a fotografia como espelho do real (discurso da mimese); a fotografia como transformação do real (discurso do código e da desconstrução) e a fotografia como traço de um real (discurso do índice e da referencia)” (DUBOIS, 1993 p.26).

A fotografia no discurso da mimese permite uma analogia com o real, uma materialização de algo observável a partir do registro fotográfico. Já a fotografia como transformação do real é um instrumento de transposição, de criação de algo que só se apresenta num campo imaginário. Pode mobilizar a projeção de idealizações e aspectos persecutórios ordenados em torno de um objeto. A terceira função de conector desempenhada pela fotografia implica “que a imagem indiciária é dotada de um valor todo singular ou particular, pois determinado unicamente por seu referente e só por este: traço de um real” (DUBOIS, 1993 p.45).

Deste modo a fotografia é um objeto mediador, maleável e transformador do imaginário que desperta conteúdos discursivos de espaços intrapsíquicos.

OBJETIVO

Organizar um espaço de expressão dos afetos entre as mulheres que possuíam filhos abrigados na Instituição Comunidade Espírita Joanna de Ângelis - “CEJA”, estabelecendo intervenções clínicas em Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresenta-se o relato e a ação interpretativa produzida no grupo de mães que recebiam atenção pela técnica de mediação. Foram selecionadas algumas fotografias para que a aplicação técnica possa ser discutida e dimensionada. Como a temática “família” se constitui como objeto que deve ser mobilizado no grupo, concentrou-se a apresentação em torno deste tema. Na figura 1 buscou-se apresentar uma cena familiar onde o cuidado à família e a atenção poderia estar direcionada por completo ao grupo familiar:



Figura 1. Mãe e Pai dirigindo cuidados as crianças

Frente a figura 1 observou-se a fotografia tomada como transformação do real, onde referências idealizadas poderiam emergir:

Gostaria que minha família fosse assim (Participante B).

A “família falada” da fotografia desperta também a condição crítica vivenciada no cotidiano onde a figura paterna é contraposta a participação na educação dos filhos:

Eu vejo nessa imagem que é um pai bom, está cuidando e brincando junto com seus filhos, e pode ver a mãe também está participando da brincadeira, está sentada no chão, minha família não é assim, eu já cansei de pedir para o meu marido participar na educação dos meus filhos e nada faz, pelo contrário, ele só me contraria. (Participante A)

Nota-se na relação com a imagem aquilo que Dubois (1993) apresenta como índice do real. De um modo singularizado, a partir da experiência do referente à imagem, o pai curvado e de braço estendido em direção as crianças mobiliza sua antítese, aquele que não apóia e contraria a mãe.

Conforme destaca Käes (2005) as atividades do grupo de mediação tem a função essencial de “tornar possível a criação de sintomas que poderão, então ser situadas,

nomeadas, re-propriadas e reconhecias a partir do conflito que lhes organizam”(KÄES, 2005 p.50).

A expressão da relação com o marido como um sintoma se apresenta como tentativa de rompimento com a “serialidade”; “esta é inerte e petrifica o indivíduo em sua condição de sujeito imóvel” (VIÑAR, 1994 p.168). A serialidade no cuidado com os filhos só “cessa quando o autor não é um outro qualquer mas alguém para mim” (VIÑAR, 1994 p.164).

O contato das integrantes do grupo com a figura 2, demonstra sua utilização como o espelho do real (DUBOIS, 1993).

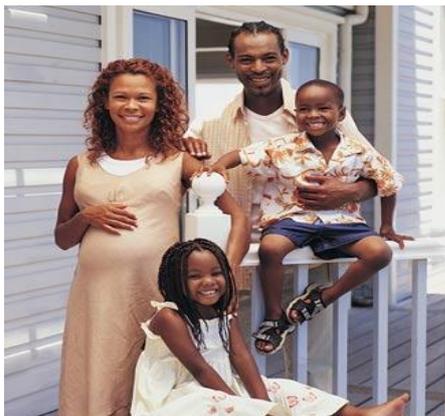


Figura 2: Família e imagem especular

Sendo espelho, porta a afirmação e a negação da realidade, como campos constitutivos de seu sofrimento:

Essa família é igual a minha, somos pretos, mas meu marido não é assim carinhoso com meus filhos, eu to cansada, ele só sabe me agredir, me xingar e xingar meus filhos, não agüento mais viver nessa vida, sofro muito (Participante C).

Ao partilhar sua experiência em um espaço intersubjetivo a participante C, pode vivenciar o momento fantasmático do grupo (KÄES, 1997), onde este “constitui-se como um objeto transicional, mediador entre a realidade intrapsíquica confusa dos participantes e a realidade externa representada pela inquietude e alteridade do objeto-grupo e de cada um dos participantes” (KÄES, 1997 p.214).

Em contato com a alteridade é possível vivenciar a experiência pré-consciente de possuir uma vida que possa suportar “a medida em que o agir não é mais mudo ou branco, mas que é acompanhados de palavras e de cores carregadas de sentido, ou seja, de palavras sensoriais; que propõe para a intensidade uma imagem e não uma explicação” (KÄES, 1997, p.94).

A imagem apresentada na Figura 3 abrange a possibilidade de representação da adoção, estabelecendo-se como índice do real (DUBOIS, 1993). Via de regra, a adoção ou é uma experiência dolorosa já vivida de separação ou estabelece-se como ameaça. A expressão discursiva de duas participantes circunscrevem estas dimensões:



Figura 3: Família adotiva

Olha essa família e igual a que adotou a Sara, pode ter certeza que é a mãe, seus filhos os rapazes, e a menininha é adotada, tenho muito medo que meus filhos sejam adotados que eu perca eles, mas se deus quiser e meu esforço, isso não irá acontecer.(Participante D).

Nos vivemos com esse medo constante de perder nossos filhos, sabemos que erramos, por isso participamos do projeto, mas nosso futuro vai mudar (Participante A)

Destaca-se a função da fala nos grupos de mediação, pois “a fala é sempre apresentada como um horizonte” (KÄES, 2005 p. 49), ou seja, uma referência que o sujeito dispõe a investir de afetos. Neste parâmetro, “o agir que se desdobra da evocação figurada dessa coisa que atravessa o corpo é então como uma imagem em ação” (KÄES, 1997 p. 94).

A observação da figura 4 despertou inicialmente sua compreensão enquanto a “mimese do real” (DUBOIS, 1993) e um conjunto de idealizações envolveram a expressão discursiva a seguir:



Figura 4: Família e idealizações

Olha que família mais bonita ela esta grávida e a criança esta feliz com a gravidez da mãe, parece ser uma família muito unida, é feliz fazer uma família bonita. (Participante A)

Contudo para outra participante a imagem fomentou as vivências paranóides que permearam a sua gestação e, portanto, utilizada com índice do real (DUBOIS, 1993):

É mas ninguém sabe se esse filho que ela esta esperando não tem alguma deficiência, quando estava grávida esses pensamentos não saíam da minha cabeça, sempre tive o medo de ter um filho deficiente pois a situação que eu vivo já é difícil imagine com um criança especial. (Participante E)

Percebeu-se acima, a materialização do “momento ideológico” (KÄES, 1997) vivido pelo grupo. Os apontamentos do autor afirmam que “o momento ideológico corresponde a uma atividade de redução fantasmática e de achatamento das articulações diferenciais entre os lugares destinados a cada um” (KÄES, 1997 p. 215). A redução fantasmática e o achatamento restringem a figuração de uma criança com necessidades especiais às dificuldades matérias de seu cotidiano. É nesse momento que a ação interpretativa possibilitou a expressão de afetos agressivos referentes à gestação e até mesmo a ausência de cuidados pré-natais como mobilizadora de ansiedades paranóides.

A observação da figura 5 expõe diretamente os componentes do grupo de mediação a representação das necessidades especiais.



Figura 5: Família e necessidades especiais

Nossa, esse é deficiente [levantou e ficou olhando a imagem], mas consigo ver que mesmo deficiente é uma criança feliz, olha os pais e a própria criança sorrindo. (Participante F).

A criança está brincando e todos estão felizes, gostaria que minha família fosse igual essa, que não existisse tanta miséria, passo por muitas necessidades. Gostaria de proporcionar mais coisas para meus filhos, quando eles pedem um presente eu nunca tenho dinheiro pra dar, a assistente social do município nunca faz nada para ajudar a gente, ficamos nesse sofrimento. (Participante G).

Constata-se a alegria inerente a partilha recíproca de afetos no espaço vincular, na ludicidade e não na materialidade do corpo ou condições de vida. Conforme destaca Viñar (1994):

“A criação desta reciprocidade é fundamento do humano, uma tentativa e uma luta para se totalizar que nunca é inteiramente lograda, mas que em seu caráter frustrador vai fundando uma humanização. A serialidade, pelo contrário, é o conjunto humano em que os outros não significam para mim nem para eles” (VIÑAR, 1994 p.167).

Os conteúdos discursivos mobilizados pela observação da figura 6 envolveram a expressão de afetos, pois, “ao representar o autor (ordem do imaginário), e simbolizar a

relação como o outro, tem também uma condição real, ou seja, que nos entramos com aquilo que nele é possível e com o que nele é impossível (JERUSALINSKY, 1994 p.15) A fala da participante G envolve está condição ao alegar a falta de dinheiro para registrar a família e posteriormente, perceber a impossibilidade ao envolver na experiência de família, os filhos encaminhados à adoção.



Figura 6: Família e impossibilidades

Nossa eu sempre quis uma foto assim com todos da minha família, mas nunca consegui (...) não tenho dinheiro para pagar. Acho linda uma recordação dessas, mas no momento seria difícil reunir todos, tem filhos espalhados, são mais de 7 filhos, moram comigo 4, os outros três estão perdidos no mundo. (Participante G)

A perspectiva relacional estabelecida no espaço intersubjetivo do grupo de mediação, permitiu que a participante experiencie o “momento figurativo transicional” que, de acordo com Kães (1997):

“A maior segurança que acompanha o momento figurativo transicional permite a projeção e a introjeção de bons objetos. A tomada em figuração remete ao começo de processos de simbolização complexa. A possibilidade de utilizar objetos e espaços transicionais e de estabelecer uma certa diferenciação no seio do grupo caracteriza-se frequentemente pela construção de um sistema utópico (KÄES, 1997 p.15).

A construção de um sistema utópico propicia uma ruptura da representação alienante e questiona as participantes sobre as implicações de suas posições em relação à reprodução da violência:



Figura 7: Família e violência

Nossa, to me vindo em minha casa, meu esposo brigando comigo em frente das crianças. Ele chega bêbado e não sabe o que faz, ai briga comigo, quebra as coisas dentro de casa, e tadinho os bichinhos ficam assustados, né! Quando amanhece o dia eu vou conversar com o ele aí pede desculpa e sempre é assim. Eu sei que a grande culpada sou eu, mas se largar dele, onde vou morar?
(Participante B)

Conforme afirmação de Käes (1997), a integrante pode utilizar a elaboração psíquica pré-consciente para experienciar seu posicionamento em relação a propagação da violência na família, pois: “o pré-consciente é o sistema do aparelho psíquico no qual se efetuam processos de transformação que sofrem certos conteúdos e processos psíquicos para retornar à consciência. É a esse sistema que se junta a capacidade associativa, tradutora e interpretativa da psique” (KÄES, 1997 p.92)

A visualização da figura 8 envolve a violência contra a mulher, os índices (DUBOIS, 1993) do olhar e a presença próxima de uma figura masculina. Estes elementos propiciaram um trabalho psíquico que:

“consiste em integrar as excitações no psiquismo e em estabelecer entre elas conexões associativas. O emprego do conceito de trabalho psíquico compreende-se por referência à concepção freudiana de uma aparelho psíquico que transforma e transmite a energia por ele recebida, a fim de controlá-la, desviando-a ou ligando-a” (KÄES, 1997 p. 217).

Assim, o homem próximo que exige que a mulher se cale, pode também ser o irmão que protege, conforme o relato abaixo:



Figura 8: Violência contra a mulher

Certeza que ele esta falando no ouvido dela: fica quieta! Não fala nada a ninguém, porque se falar eu bato mais forte em você! Isso já aconteceu comigo, quando tinha 14 anos fui morar com uma pessoa achei que ele era bom, nos primeiros dias foi, mas percebi que todos os dias ele me deixava trancada no apartamento, dizia que ia levar as chaves porque lá era muito perigoso. Nos outros dias começava a chegar bêbado e tentava fazer as coisas comigo eu não queria, porque estava bêbado, ai começava um brigada, ele me agredia muito, mas muito mesmo, batia minha cabeça na parede, me chutava, (chorou), eu não podia fazer nada porque até o fio do telefone ele levava com ele, se eu gritasse os vizinhos não iriam acreditar. Até que um dia ele bateu tanto, mas tanto em mim que quebrou meu braço. De tanta dor eu desmaiei, e ele conseguiu o que queria, no outro dia quando chegou do serviço meu braço estava muito inchado e eu estava com febre, aí ele decidiu me levar no médico, mas ele me disse se eu

contasse alguma coisa ele me mataria na próxima surra, disse que era para falar que briguei na rua ou tivesse caído de bicicleta, no hospital ele não desgrudou de mim só ficou do meu lado observando o que ia falar, aquilo era angustiante, porque ao mesmo tempo eu queria falar, mas também morria de medo dele. E foi assim por um tempo, até que um irmão veio me visitar e eu contei tudo para ele, hoje sei que sou assim por ter passado por todo isso, não consigo entender porque fui tão maltratada. (Participante G)

A figura 9 remete ao posicionamento da mulher numa condição de ação protetiva aos filhos. O relato abaixo enfatiza tal condição:

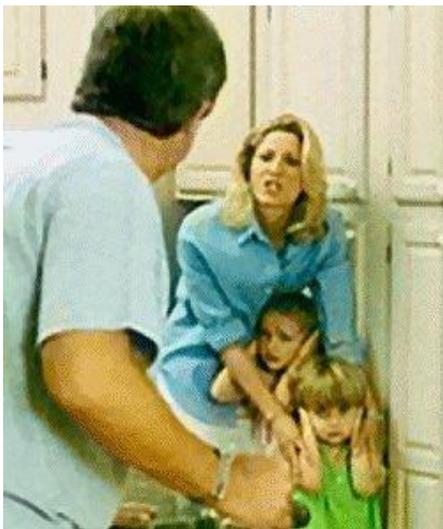


Figura 9: Mãe e proteção da família

Ele queria bater nos seus filhos e a mãe esta protegendo olha lá, até estão tampando os ouvidos, ele deve estar falando palavrão, gritando, “eu vou bater nesses moleques arteiros, você não ensina eu vou ensinar”. É difícil viver uma vida assim, a gente tenta fazer de tudo e a pessoa não colabora, aí os vizinhos escuta e liga para o conselho Tutelar e fala que estava batendo nos moleques, aí já vira aquele rolo, e é por isso que estou no projeto. (Participante B)

A análise do conteúdo discursivo envolve o “momento mitopoético” do grupo proposto por Kães (1997). O autor enfatiza que: “O grupo pode aparecer então como uma organização simbólica da relação de diferença entre sujeitos. Quando começa a produzir-se essa diferenciação crescente se realiza em detrimento do espaço de ilusão comum” (Kães, 1997 p. 216).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação dos conteúdos mobilizados pela fotografia, no grupo de mediação, ilustram a ordenação de afetos que podem ser experienciados no enquadre terapêutico. Independente da forma que a fotografia é manipulada no campo intrapsíquico ela mobiliza uma realidade intersíquica, um espaço partilhado (KÄES, 2005). A partilha do afeto em associação com as interpretações fomentam “momentos” distintos no grupo – fantasmáticos, ideológico, figurativo – transicional e mitopoético – que são reconhecidos em seus desdobramentos subjetivos e na ampliação da plasticidade da aparelhagem metapsicológica.

Conclui-se que a intervenção estimulou a manutenção de vínculos protetivos entre uma parcela das famílias atendidas pelo PROAF, representada pelo significativo número de crianças abrigadas que puderam retornar ao convívio familiar. Outra parcela de famílias beneficiaram-se de uma perspectiva desempenhada pela intervenção terapêutica do grupo de mediação, o que fortaleceu o convívio familiar e distanciou a ameaça do abrigamento de crianças e o direcionamento para a adoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNAL, E. M. B. *Arquivos do Abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do serviço social de menores de São Paulo (1938-1960)*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.010 de 3 de Agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

CORRÊA, M. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, M. C. *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 81-100, 2003.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993.

KAËS, R. *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KLIKSBERG, B. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

JERUSALINSKY, A. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia: in: CALLIFARIS, C. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, p.13-24, 1994.

MARIANO, H. A., MARIANO, C. L. Exploração do trabalho infantil: uma história que parece não ter fim. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. *Desafios do trabalho: Capital e luta de classes*. Londrina: Práxis, p.293-307, 2003.

MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade Negada. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p.189-223, 2006.

VIÑAR, M. N. Infância marginal institucionalizada: que saber para que prática: In: CALLIGARIS, C. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios, p.157-174, 1994.